

A NATUREZA ENQUANTO MERCADORIA NO ESPAÇO URBANO: OS BAIROS DO RIO COMPRIDO E DE SANTA TERESA, RJ*

Aluno: João Paulo Monte de Santana
Orientador: Álvaro Ferreira

Introdução

Nota-se na cidade do Rio de Janeiro um uso diferenciado do solo urbano por parte de diversos agentes, que o realizam (através das práticas sociais interagidas no cotidiano) culminando numa organização socioespacial peculiar e detentora de contradições e conflitos, no bojo de uma sociedade capitalista profundamente desigual. Como um dos elementos dessa peculiaridade temos a paisagem constituída de fragmentos florestais concernentes ao bioma Mata Atlântica, atrelado à especificidade físico-montanhosa. Assim, a partir de subespaços contíguos dos bairros do Rio Comprido e de Santa Teresa (Figura 1), tenta-se demonstrar as diferentes formas e usos da natureza enquanto mercadoria, no contexto da expansão urbana da cidade.

Figura 1 - Município do Rio de Janeiro e a localização dos bairros do Rio Comprido e de Santa Teresa



Fonte: www.cmcv.org.br/unidades_conservacao/grajau/index.php

Objetiva-se uma elucidação mais ampla e atual sobre a forma e a concepção diferenciada dos dois bairros, que, entretanto, apresentam ao mesmo tempo semelhanças. Esta dinâmica, por sua vez, faz parte de um processo mais abrangente de seletividade espacial intrínseco à lógica de acumulação e reprodução do capital.

* O presente texto configura -se como uma versão pouco alterada proveniente do trabalho publicado no I ENAPET -GEO, realizado na Universidade Federal de Uberlândia no ano de 2006.

Neste artigo pretende-se analisar e demonstrar como partes limítrofe-administrativas dos bairros supracitados se configuram de forma tão distinta no que tange à organização espacial e ao uso da natureza como recurso, imbricado ainda, ao discurso preservacionista.

Posto o objetivo norteador e as considerações iniciais, torna-se necessário fazer duas observações: a primeira diz respeito ao recorte espacial adotado, que não contemplará nenhum dos bairros como um todo, mas sim, partes desse todo; aquelas que se encontram em contato direto entre si, tendo como referência a própria divisão convencional político-administrativa (Figura 2).

Figura 2 - Imagem de satélite da paisagem dos subespaços analisados dos bairros de Santa Teresa e Rio Comprido baseada na divisão político-administrativa.



Fonte: <http://maps.google.com/>

O motivo deve-se à heterogeneidade espacial dos próprios bairros, que poderia ocasionar afirmações ou compreensões equivocadas e generalistas. Então, para tentar demonstrar com maior clareza a dinâmica a ser abordada mais à frente, busca-se através da articulação entre esses subespaços, definidos tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional, a compreensão para as suas próprias existências e diferenciações entre si [11]. Ainda de cunho relacional e interdependente, a segunda observação, contrariando análises dicotômicas, fragmentadas e parciais, evidencia a indissociabilidade entre o sistema de objetos e o sistema de ações, bem como, de acordo com o artigo, a inseparabilidade entre a sociedade e a natureza, requerendo uma explicação conjunta [11]. Assim, ao articular processos que contemplem o social, o econômico e o político, estar-se-á envolvendo também questões ambientais no que concerne às contradições, aos conflitos e às possíveis alternativas.

A Natureza Enquanto Mercadoria no Espaço Urbano: os bairros do Rio Comprido e de Santa Teresa, RJ

A natureza como recurso (matéria-prima) produtivo há tempos se constitui, no âmbito da industrialização e da urbanização, como essencial aos processos de/para transformações (re) direcionados à lógica capitalista de acumulação infinita. Logo, para produção e reprodução do capital, as condições são criadas com esse objetivo, ou seja, a cidade, vista como a materialização das relações e práticas sociais, é assim construída para se tornar eficiente à circulação, produção e consumo de fluxos e mercadorias. Enquanto o urbano, conectado a determinados sentimentos, valores, emoções e imaterializações, forneceria um

significado, uma representação do que pode ser vivido. Assim “as relações de produção capitalistas dominam o espaço e se apropriam dele, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano” [10]. Nesta concepção, a natureza enquanto mercadoria transformar-se-ia, na medida em que faz parte da dinâmica da reprodução societal, configurando neste artigo, de acordo com nosso recorte espacial, parte da paisagem que é característica da Mata Atlântica, o que possibilita ainda uma dimensão analítica histórica de suma relevância para a compreensão.

Ao nos apoiarmos nas palavras de Mauricio Abreu [2] podemos compreender melhor o espaço imbricado à dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro, focalizando as atenções nos bairros em questão, e a especificidade sócio-espacial em que se constitui:

“Dentre os elementos que formam o quadro natural carioca, o maciço da Tijuca, cadeia de montanhas que se estende por uma área de 95 km², e que divide a cidade numa ‘zona sul’ e numa ‘zona norte’ (...) Conhecido também pelos nomes de serra da Carioca e de serra da Tijuca, esse maciço (e os alinhamentos rochosos que lhe dão prosseguimento junto ao litoral), por razão mesmo de sua localização, sempre exerceu um papel fundamental na vida da cidade, a começar pela orientação que impôs ao seu crescimento (...) Apertado entre a montanha e o mar, o Rio de Janeiro teve, nesses elementos naturais, os grandes balizadores da sua expansão. Independente do fato de que o desenvolvimento da tecnologia permitiu que estes obstáculos fossem sendo gradualmente vencidos, possibilitando que a cidade passasse a incorporar, na sua malha construída, espaços que eram outrora considerados impróprios ou impossíveis de ocupação urbana, a verdade é que, como decorrência da presença marcante do maciço da Tijuca, a cidade assumiu uma forma caracteristicamente linear”.

Sobre as cadeias montanhosas, o referido autor, menciona que já passaram por processos de reflorestamento, devido a exploração intensiva da monocultura do café num momento passado. Além disso, no final do século XIX, presencia-se a extração de renda do solo urbano, isto é, da realização de grandes lucros imobiliários por parte dos proprietários de terra com a possibilidade, promovido pelo desenvolvimento técnico de construção, de proliferação de loteamentos em Santa Teresa e, posteriormente nas encostas do Rio Comprido. Ambos os bairros, caracterizados por densas florestas, sofreram alterações, entendidas também como degradação. Talvez possa se dizer que seja o início da ênfase da valorização do “verde”, da “vista”, dos aspectos naturais, como algo rentável ao diferenciar-se dos demais espaços. De um outro ponto de vista analítico, o espaço não se referencia mais apenas aos atributos que lhe são auferidos como contendo o “verde”, detentor de serviços e infra-estrutura, mas sendo ele próprio uma mercadoria, sobrepondo a dominação sobre a apropriação, o valor de troca sobre o valor de uso.

Arelado às empresas privadas (incorporadores imobiliários), o Estado no contexto peculiar do Rio de Janeiro de Distrito Federal, também foi fundamental para a organização espacial, como por exemplo, Santa Teresa que fora organizado e estruturado para uma classe média do funcionalismo público e acontecendo o mesmo com Rio Comprido, voltado à mesma classe social. Simultaneamente, a população marginalizada crescia, o que por certo vinculava-se às grandes obras urbanas no início do século XX, que num processo duplo, de expropriação da população pobre que vivia em cortiços e de atração de mão-de-obra para a cidade para trabalhar, sobretudo, na construção civil, acarretou na concentração desta população em favelas, também nas encostas, mas de maneira ilegal. Perpetua-se, assim, ao

longo do século XX, problemas históricos da cidade no que concerne ao déficit habitacional e à necessidade de morar perto do local onde é oferecido o emprego [3].

Após esse lacônico histórico, podemos ponderar elucidicações sobre o espaço urbano percebidas nas argumentações anteriores. Primeiramente, devido aos diferentes agentes explicitados, nota-se que o espaço urbano é um conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si [4]. Ainda relativo à interdependência dialética, o espaço adquire a qualificação de condição e ao mesmo tempo de produto e meio, pois, devido a suas características geomorfológicas, a evolução da cidade sofreu influências marcantes para/na constituição, tendo a população que se adaptar. No entanto, posteriormente, com as inovações técnicas de transporte e engenharia, a sociedade pôde transformar o espaço urbano, por meio das práticas sociais, em relação às materialidades e aos valores e significações atribuídas a estas.

Esse processo refere-se ao princípio dialético do espaço, que em seu perpétuo movimento está sempre a se construir, deixa de ser um (totalidade), para se tornar um outro prestes a se transformar num seguinte. Dessa forma, nessa dependência mútua, vislumbra-se simultaneamente como condição e produto ao ser a objetivação das ações realizadas socialmente e configura-se, também, como base material e imaterial preexistente para as próximas metamorfoses do próprio espaço.

Além disso, o espaço revela no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produziram. Essas, por sua vez, geram também as condições de reprodução das relações sociais [6]. Segundo Corrêa [5], “por se tratar de uma espacialidade situada no bojo de uma sociedade de classes, desigual, a espacialidade implica desigualdades, refletindo e condicionando a sociedade de classes, e tendendo à reprodução das desigualdades”, consideradas pelo autor [5], como perversas e funcionais: perversas porque contribuem para a reprodução de cidadãos desiguais; e funcionais porque a desigualdade é necessária, é parte integrante de uma sociedade de classes, pois esta estaria em risco caso houvesse a extinção das desigualdades.

Considerando ainda o contexto histórico atrelado ao aprofundamento das desigualdades, agora nos anos de 1950 e 1960, com as argumentações até aqui colocadas, verifica-se a parcialidade do Estado ao apoiar “os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas” [1], contribuindo na configuração de concentração de investimentos e renda na Zona Sul. Conseqüentemente, houve a necessidade da renovação da infra-estrutura física com mudanças no sistema viário para facilitar a acessibilidade ao centro da cidade [1] por meio de automóveis particulares, símbolos dessa concentração, que cada vez mais aumentavam em quantidades e, proporcionalmente, o mesmo acontecia com os problemas urbanos, como o trânsito e a poluição. Para isso, foram realizadas obras no intento de conectar a Zona Sul com a Zona Norte.

Atendendo a lógica da cidade de circulação, articulação e expansão foi construído o Túnel Rebouças e, posteriormente, o elevador Paulo de Frontin, descaracterizando e refuncionalizando o bairro do Rio Comprido como um todo. Ao transformá-lo em local de passagem, constituiu-se um marco, porque o bairro desvinculando-se de Santa Teresa, no sentido de ser um local ocupado predominantemente pela classe média, passa a sofrer a intensificação do processo de favelização durante as décadas seguintes.

Estes processos contribuíram para a formação de uma paisagem constituída de resquícios florestais. Paisagem esta, tida como um “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza” [11]. Dessa forma esses poucos fragmentos ainda existentes (ou melhor dizendo, até quando?) fazem parte de um sistema de objetos, de tempos diferenciados e

refuncionalizados, ganhando sentido, significado, na relação dialética com os sistemas de ações interagidos no corpo social atuante ativa ou passivamente.

Possivelmente, poder-se-ia dizer que pela inserção do bairro, por meio da desvalorização atrelada à lógica da cidade, resultaria na percepção, a primeira vista, de que o valor de uso, embora ainda vinculado ao valor de troca, estaria mais evidente, exatamente porque a obtenção do valor de troca não se concretizaria de imediato sobre estes resquícios florestais, sendo “conservados” mais devido a ignorância sobre o mesmo do que pela sua utilidade intrínseca.

É nesse contexto que visualmente espaços próximos (vizinhos) se tornam tão distantes aos olhos de quem passa rapidamente ou mesmo de quem lá mora, pois o bairro de Santa Teresa, contrapondo-se ao Rio Comprido, apresenta características claramente mais conservadas, no que diz respeito à vegetação florestal, mesmo havendo a ocorrência de favelas também. Este fato apesar de óbvio, fornece evidências de que ambos espaços possuem semelhanças na organização espacial e na sua constituição, demonstrando que, simultaneamente, apesar de fragmentados, são articulados numa sociedade capitalista profundamente desigual [4], contribuindo para a seletividade espacial ao fornecer serviços, equipamentos urbanos e infra-estrutura a poucos em detrimento de muitos.

Ao refletir sobre a produção do espaço, Godoy [6], apoiado em Milton Santos (1980), utiliza como essencial do entendimento sobre o tema, a idéia de rugosidades espaciais, em que “o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas”. Assim observamos que Santa Teresa está inserida nestas “novas” formas, em que a natureza, isto é, os resquícios florestais enquanto rugosidades espaciais, é vista enquanto mercadoria privilegiando o valor de troca. E no bojo deste fato, atrelado ao sentido de urbano, são construídas novas representações sociais baseadas na mercantilização de signos e imagens associadas à natureza [12]; como oferecer aos habitantes a oportunidade de viver “no meio do verde”, de “integrar-se com a natureza”, de “fugir da cidade” [2], ou pelo menos, de se afastar dos problemas urbanos, mesmo que de forma ilusória, momentaneamente, pois se não vir, não presencia, logo não sabe que existe ou ignora o fato de existir algum problema.

A criação desta forma de ver a paisagem, como sendo ainda uma extensão do urbano, faz parte das estratégias de potencializar a eficiência econômica, introduzindo formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural [9] por parte do Estado e dos agentes imobiliários, na tentativa de vender a imagem de uma cidade bem administrada e detentora de belezas naturais. Contudo, ao tentar se inserir frente às novas demandas do capital, a cidade se homogeneiza para se heterogeneizar, ou seja, entra nos padrões de cidades européias, ditas sustentáveis, e simultaneamente, se diferencia das outras cidades que não se encaixam nestas condições, atraindo por isso, mais investimentos e turistas proveniente desse status.

Ainda por esta via de análise, a cidade como city marketing, no sentido colocado pela mesma autora, representaria uma marca, uma imagem de sustentabilidade, atribuindo valor à esta condição, daí ocorrendo um processo de fetichização da própria cidade enquanto mercadoria, uma dissimulação por fingir não ter o que tem, isto é, esconder as contradições e conflitos existentes intrínsecos à produção do espaço social; assim também simulando, ao fingir ser o que não é. O que nas palavras de Jean Baudrillard [7] condiz com a ascensão da economia política dos signos e do espetáculo em oposição a economia política da reprodução da materialidade direta.

Nessa concepção, a natureza enquanto mercadoria se torna um diferencial para se ter, segundo os discursos mais recorrentes, uma qualidade de vida melhor. O espaço, ao ser percebido dessa forma, com as suas potencialidades exploratórias para acumulação e

reprodução do capital, garante à Santa Teresa uma participação importante no que se refere à seletividade espacial numa sociedade capitalista. Se num outro momento a abundância dos “bens naturais” era um fator relevante para a obtenção de renda e mais-valia através da exploração, agora o inverso acontece, a escassez como atributo torna rentável novamente o processo contínuo de exploração, mas sob outras condições estabelecidas, já que “não só lhe é dado valor de uso como lhe é atribuído valor de troca aparentemente sem que se adicione trabalho, porque o valor que lhe é dado está em função de sua preservação” [10].

A escassez e a abundância dessa paisagem “natural” podem ser relacionadas com a ausência e a presença. Quando há uma escassez ou uma ausência desse tipo de paisagem nos interstícios da cidade, a satisfação dessa falta é procurada por muitas pessoas a medida que a exarcebação do contrário vigora significativamente no cotidiano urbano.

No momento histórico anterior, ao ter-se a abundância, a presença reiterada fisicamente, exemplificada na floresta e na sua complexidade geobiofísica, existia uma ausência de sentidos objetivados nos usos exploratórios vigorantes. Quando retornamos aos dias atuais, atrelados a especificidade carioca, a ausência (escassez) ou o perigo de acontecer real via expansão urbana é em certa medida vazia de presença ao não conter, em seu bojo, uma significação necessária em torno das problemáticas ambientais por parte do imaginário popular e das atuações das políticas públicas.

Este “vazio” pode ser expresso a partir de vários fatores: ao não haver uma coleta adequada de lixo, fazendo com que locais no interior das favelas ou próximos aos corpos florestais, tornem-se depósitos de lixo; ao ter retirada inapropriadamente da camada florestal do solo, propiciando, assim, escoamentos superficiais e, conseqüentemente, deslizamentos, principalmente em áreas de declividade alta, em momentos de índices pluviométricos elevados, sobretudo no verão; ao utilizar cursos fluviais, cuja as nascentes encontram-se em meio aos fragmentos florestais, em eixos encimentados e retelinizados, para o escoamento do esgoto doméstico que, em períodos de chuvas intensas, transformam as ruas ao redor em seus escoadores; ao ter a preservação, devido, principalmente, a obtenção de renda por interesses privados, etc.

E se considerarmos, estritamente, a afirmação de que na ausência sente-se mais a presença, então se corre o risco de perder o pouco que se tem hoje, para a partir daí começarmos uma conscientização mais ampla, passando, assim, a alertar a outros que se encontram nesta situação conflitante, como hoje é o caso de alguns países europeus “desenvolvidos”.

Além do mais, esta valorização do verde como bem argumenta [10], a respeito do ecoturismo, carrega em si própria a contradição. “De um lado, deriva de um discurso ecológico apresentado como crítica à modernidade ao se opor ao mundo urbano-industrial. Por outro, é uma prática turística inserida na lógica dos mercados”. Ocorrendo o mesmo no contexto do espaço urbano onde a conservação não quer dizer necessariamente uma conscientização relacionada aos serviços ambientais que a natureza pode oferecer, e sim uma maneira de determinar o valor de uso e o valor de troca dos “bens naturais”, segundo o padrão de vida urbana e sob as leis do mercado, de acordo com estratégias imobiliárias [10]. Assim, através de estratégias de planejamento incorpora essas novas raridades à reprodução do capital, regidas pelas leis de propriedade privada, além de apropriar-se de espaços públicos à sua lógica, produtora e indutora de necessidades, como a concepção de lazer no espaço urbano, do tempo livre, atrelada às áreas verdes. O produto deste processo seria a junção da idéia de consumo do lugar com a mascarada consciência ecológica, em que, sobretudo usuários, podem usufruir principalmente aqueles que dispõem de uma elevada renda.

Há uma ordem distante que paira e que condiciona, ao se condicionar, a ordem próxima, do lugar. O discurso de preservação é um desses vieses e que “cai como uma luva” na cidade

carioca, exatamente por ter difundido pelo mundo a imagem de possuir incomparáveis belezas naturais, com a maior floresta urbana do mundo em suas entranhas.

É claro que, por se tratar de uma sociedade capitalista, com contrapontos contraditórios. Em primeiro lugar, não são todos, geralmente e com alguma continuidade a ponto de se tornar rotina, que desfrutam das paisagens “naturais” da cidade; são normalmente áreas consideradas mais abastadas com cidadãos de mesmo perfil que geralmente se beneficiam dessa condição, ou seja, não há uma homogeneização socioespacial no que diz respeito ao uso, na verdade o que há é uma heterogeneização baseada na desigualdade.

Em segundo lugar, atrelado a segregação apontada acima, a valorização do verde tem o apoio fundamental do setor público cuja ação, teoricamente, vincula-se em preservar para o bem-estar de todos os cidadãos, porém, na sua prática efetiva, em conjunto com setores privadas, em muito deixa a desejar, fazendo com que a contradição seja uma práxis diária. Um exemplo nesse sentido é o uso dessa paisagem urbana peculiar para a prática turística que é insustentável na medida em que é regida sob a égide da lógica de mercado falseada pelo discurso ecológico.

A concretude dessa afirmação, perfaz-se ao se perceber uma expansão urbana sob os resquícios florestais, tanto de classes abastadas quanto de classes mais pobres. O primeiro está ligado diretamente ao capital imobiliário que visa uma lógica imediatista de lucro através da criação e manipulação do valor de uso objetivando o valor de troca, assim em muitos momentos, entrando em conflito com a lógica do poder público de preservação (o que não quer dizer que não exista acordamentos ou convergências de interesses na implementação de alguma obra, por exemplo). O segundo denota da (re) produção via necessidade de pobreza (e vice-versa), isto é, aquele indivíduo que necessita, por razões diversas, morar perto do local de trabalho, é levado a ocupar uma casa em alguma favela que, em muitos casos, está próxima a alguma floresta numa encosta, ou então caracteriza-se por ser uma área institucionalmente preservada.

Diante do que foi mencionado, percebe-se em meio às práticas locais cotidianas algumas fragilidades do discurso ecológico. Além da constatação de que a ordem próxima também condiciona, em certa medida, a ordem distante. Esta simultaneidade recíproca interacional pode ser percebida nos objetos geográficos que, em vários instantes foram aludidos acima correlacionados com alguns agentes e suas respectivas ações no espaço.

As materializações dessas práticas sociais desiguais e contraditórias no espaço são percebidas na Figura 2, caracterizado (especificadamente em Santa Teresa) por ruas estreitas, margeadas por casarões de luxo e condomínios fechados, auto-segregados, ao lado de grandes extensões de favelas, configurando, junto aos resquícios florestais, a paisagem composta de rugosidades.

Ao analisar, em termos escalares, percebe-se que a paisagem conservada de Santa Teresa, assim como no Rio Comprido, na verdade, é também um resquício florestal, em dimensões diferentes, oriundo da conexão num momento passado com o Parque Nacional da Tijuca. Entretanto, este tem sua paisagem protegida por lei estatal, enquanto que em Santa Teresa é regida pelas leis de mercado, logo, estando a mercê de “vantagens comparativas que podem apresentar-se momentâneas ou transitórias e gerar formas espaciais cujas funções serão dissolvidas na medida em que as vantagens localizacionais tornarem-se ‘rugosidades’ para a reprodução do capital” [6].

Dessa forma, diante dos apontamentos acima, Santa Teresa pode perder este uso da natureza enquanto mercadoria devido a gradativa diminuição do corpo florestal, do Parque e do seu entorno, proveniente da pressão exercida pela expansão urbana. Há neste processo, o surgimento de conflitos entre os diferentes agentes sociais (principalmente moradores, o capital imobiliário e o Estado), na medida em que este último alicerça a expansão (ao controlar ou ao ignorar) e aqueles tentam perpetuar, neste espaço, as coisas como estão, com

imóveis valorizados e obtendo lucros. Somado a este fato, ainda temos ao mesmo tempo, a manutenção da contradição do uso de um bem natural que deveria ser disponível a todos, sendo usufruído individualmente ao ser protegido pelas leis de propriedade, reforçando as desigualdades sociais já latentes [10].

Apesar dessa aparente encruzilhada, em que a dominação da natureza pelo capital se torna cada vez mais intensa, baseada nas relações de poder, é possível buscar uma alternativa justamente a partir da consideração do espaço de resistência, de descoberta e não só de alienação [8], pois, não são todos os agentes sociais, e nem em todos os momentos que há esta concepção alienada. Isto se deve à percepção das pessoas da relação que existe no meio, a um debate ambiental vigorante na mídia (por mais que haja a possibilidade de ter informações desarticuladas ou então os locais abordados são distantes, aparentando não haver relação), à demonstração por parte do poder público em prol de uma forma de preservação por meio da institucionalização de parques, às pesquisas realizadas pelo meio acadêmico, etc.

Mesmo assim, aparentemente, esses pontos de luminosidades ainda navegam em um mar de opacidade, cujas perspectivas de mudanças tomam forma constantemente e em direções imprevisíveis.

Daí a importância dos agentes sociais, mais especificamente os moradores das favelas existentes nos dois bairros, que possuem (muitos *sem saber*) um poder para controlar a degradação do ambiente ao construir uma conscientização coletiva e ecológica de respeito mútuo, pouco a pouco, de baixo para cima, (re) construindo rupturas e transformando as continuidades que edificam a lógica exploratória capitalista.

Referências bibliográficas

- [1] ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplanrio: 1987.
- [2] ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, M. A. (org.) **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- [3] CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- [4] CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- [5] CORRÊA, Roberto Lobato. O meio ambiente e a metrópole. In: ABREU, M. A. (org.) **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- [6] GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Revista Estudos Geográficos**, v. 2, n. 1, p. 29 – 42, jan./jun. 2004.
- [7] HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2003.
- [8] MIRANDA, Ana Luisa. Cotidiano, ação e poder. In: Anais do **VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia: UFG, 2004.
- [9] SANCHEZ, Fernanda. A (in) sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, Henri (org.) **A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

[10] SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (orgs.) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

[11] SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

[12] SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Sobre o debate em torno das questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs.) **DILEMAS URBANOS: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.